

GOVERNAMENTALIDADE E REGIME CRIMINAL MILICIANO

José Cláudio Souza Alves¹  

¹ Universidade Federal Rural do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO

O governo dos vivos, numa perspectiva foucaultiana, é aqui compreendido como a quebra do monopólio legal da violência e da soberania territorial, por parte do Estado, que passa a realizar parcerias com grupos armados dentro e fora do Estado, a partir da ação do Executivo, Legislativo e Judiciário, buscando o estabelecimento de uma estrutura de poder político e econômico totalitária, baseada no controle territorial armado. A partir dessa percepção, são analisados fatos relacionados às eleições municipais de 2020, a política de segurança pública, as operações policiais ao longo de 2021 e as movimentações do governo do estado do Rio de Janeiro para as eleições de 2022.

Palavras-chave: Governança criminal; Milícias; Poder político.

Correspondência:

José Cláudio Souza Alves
jclaudioalves9@gmail.com

Submetido em:

14/11/2022

Aceito em:

30/11/2022

Como citar:

Alves, J. C. S. (2023).
Governamentalidade e regime
criminal miliciano. *Arquivos
Brasileiros de Psicologia*,
75spe:e011.
<http://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v75spe.0011>



GOVERNMENTALITY AND MILITIA CRIMINAL REGIME

ABSTRACT

The government of the living, in a Foucauldian perspective, is understood here as the States' breaking of the legal monopoly of violence and territorial sovereignty, starting from the partnerships with armed groups inside and outside the State, based on the action of the Executive, Legislative and Judiciary powers, seeking the establishment of a totalitarian political and economic power structure, based on armed territorial control. Following this perception, facts related to the 2020 municipal elections, public security policy and police operations throughout 2021, and the movements of the state government of Rio de Janeiro for the 2022 elections are analyzed.

Keywords: Criminal governance; Militias; Political power.

GUBERNAMENTALIDAD Y RÉGIMEN CRIMINAL MILICIANO

RESUMEN

El gobierno de los vivos, en una perspectiva foucaultiana, se entiende aquí como la ruptura del monopolio legal de la violencia y la soberanía territorial, por parte del Estado, que pasa a formar alianzas con grupos armados dentro y fuera del Estado, a partir de la acción del Ejecutivo, Legislativo y Judicial, buscando el establecimiento de una estructura de poder político y económico totalitaria, basada en el control territorial armado. A partir de esa percepción, se analizan hechos relacionados con las elecciones municipales de 2020, la política de seguridad pública y los operativos policiales a lo largo de 2021, y los movimientos del gobierno del estado de Rio de Janeiro para las elecciones de 2022.

Palabras clave: Gobernanza criminal; Milicias; Poder político.

GOVERNAMENTALIDADE E REGIME CRIMINAL MILICIANO¹

Agradeço a todos vocês pelo convite e por estar aqui com vocês, pela possibilidade de conversar e debater.

Vou falar um pouco sobre governamentabilidade e o regime criminal miliciano. Essa questão [que a Katia acabou de colocar] se ainda é a judicialização, se ainda é a dimensão jurídica que permanece importante. E, eu vou mostrar que sim, ela é determinante nesse momento. Mas, antes de chegar nisso, queria falar um pouco como se dá hoje, principalmente no Brasil, com destaque para o Rio de Janeiro, a dimensão dessa estrutura de governamentabilidade, que o governo tem estabelecido e o Estado estabelece como um todo. Tanto o executivo como o legislativo e o judiciário, toda essa estrutura do Estado, construíram isso em função de projetos nos quais tanto a dimensão do monopólio legítimo da violência por parte do Estado, em uma visão weberiana, como toda a dimensão de soberania, do Tratado de Westfália, quanto à sua soberania em relação ao território sofrem um processo de flexibilidade e ruptura a partir das ações do próprio Estado, que visam se envolver com estruturas criminais e que, a princípio, deveriam ser combatidas pela judicialização. A princípio, deveriam estar numa outra posição em relação ao Estado, mas, pelo contrário, foram assumidas e absorvidas pelo Estado numa dimensão que muitos chamam hoje de governança criminal ou numa estrutura político-criminal.

Na verdade, o Estado, ao romper com seu monopólio, negociar esse monopólio da violência com outros grupos armados e ao permitir que a sua soberania seja fracionada para que vários outros grupos armados tenham soberania dentro do seu território, constitui uma estratégia de formação do próprio Estado. Então, aqui eu mergulho em um outro conceito do Michael Foucault que é o conceito de ilegalismos. Os ilegalismos constituem-se como uma forma de gerenciamento, uma forma de administração, por parte do Estado, das práticas ilegais. Então, esse gerenciamento permite que determinadas práticas ilegais possam ser assumidas e constituídas pelo Estado como práticas possíveis, práticas que existam. Esse embasamento do limite entre o legal e o ilegal faz parte também da dimensão da judicialização. Precisamos prestar muita atenção nisso, não é só a normatização e o estabelecimento de códigos normativos legais e dispositivos de controle

¹ Transcrição da conferência realizada pelo autor no IV Colóquio Internacional Michel Foucault: a judicialização da vida. Militarização e Insurgências, no dia 11 de novembro de 2021 (<https://www.youtube.com/watch?v=8bC-Vakjgnw>).

legais, mas existe toda uma franja que, ao ser ultrapassada, dá muito mais poder para o Estado, uma dimensão ilegal, que constitui essa governança criminal e essa estrutura político-criminal que se consolida, e dá a esse Estado uma capacidade de gerenciamento sobre vidas e sobre corpos, lançando mão, indistintamente, tanto do legal como do ilegal. A constituição de um estado totalitário com muito mais propriedade e mais solidez em termos do seu poder.

Eu faço esse debate a partir das dimensões das milícias aqui no Rio de Janeiro e, também, da forma como isso vem se aprofundando no Brasil como um todo. Essa dimensão miliciano, nos meus estudos, vai remontar à ditadura empresarial-militar de 1964, a partir da constituição dos grupos de extermínio, que eu estudei nos anos de 1990 e sigo estudando até hoje. Esses grupos de extermínio vão ser o braço totalitário, truculento, assassino e canalha. É esse braço dentro da estrutura militar que vai assassinar as pessoas. Por exemplo, o filme *Marighella* que está agora em cartaz. A estrutura que assassina o *Marighella* era uma estrutura mais formal, tinha o delegado Fleury, você dá nome aos bois, eles botaram a cara – porque não tinha como não botar a cara. Mas milhares, posso dizer centenas de milhares de mortes no Brasil na época da ditadura, foram produzidas por grupos de extermínio que funcionam desde então. Se somar as mortes produzidas por grupos de extermínio desde então, nós vamos chegar a números muito altos neste país.

Essa máquina nunca cessou e nem sequer os grupos de esquerda, quando estiveram no poder – como o PT [Partido dos Trabalhadores] por exemplo, que se diz de esquerda, Lula e Dilma – foram capazes de arranhar essa estrutura. Pelo contrário, conviveram e potencializaram a cultura de grupos de extermínio. Assentiram com relação às alianças políticas. Com isso eu convivi e convivo aqui na Baixada, pois fui um dos fundadores do PT, nos anos 1980 e saí em 2003. Mas, efetivamente nunca se alterou essa realidade. Então, no fundo, isso vem desde 1967, mais precisamente, e esses grupos de extermínio avançaram muito rapidamente ao longo dos anos 1970 até hoje. Eu estou falando de uma estrutura de cinco décadas e meia de existência. Não estou falando de uma coisa que surgiu no início dos anos 2000. Falar em anos 2000 é uma lógica muito imediata, é muito curta. Esses grupos de extermínios ao longo dos anos 1980 vão fazer um projeto que hoje voltou à tona, que é: eles tinham policiais militares, policiais civis, bombeiros e agentes de segurança do Estado que matavam e, depois, passaram a se utilizar de civis na estrutura dos grupos de extermínio. Esses civis mataram ao longo dos anos 1980, como parte dos grupos de extermínio que compunham e, a partir

dos anos 1990, começam a se eleger. Então, o matador-vereador, o matador-prefeito e matador-deputado estadual foram trajetórias bem-sucedidas dos anos 1990 e não dos anos 2000. A Baixada Fluminense, portanto, produziu e produz essa figura para a história do país. Eu tenho um livro chamado "Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense", mostrando essa violência e traz esse relato.

Depois, as milícias começam a ter um propósito, que iniciou como projeto em meados dos anos 1990. São ocupações urbanas que vão ocorrendo simultaneamente em Rio das Pedras e Campo Grande, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e em Duque de Caxias, no seu segundo distrito – mais precisamente em São Bento e no bairro do Pilar – e essas práticas, ainda não monopolizadas pela estrutura do aparato policial, estavam se constituindo. Já nos anos 2000, temos o modelo hegemônico hoje pela polícia. Os pontos de continuidade entre grupos de extermínio e milícias basicamente são cinco: 1. são compostos por servidores públicos, logo, não são poder paralelo algum, pois estão na estrutura da segurança pública; 2. são especialistas em produzir danos à vida alheia, porque eles vão matar, torturar e ferir pessoas a partir dos treinamentos diários em operações financiadas com nossos impostos seguindo a lógica das políticas de segurança pública que adotamos neste país; 3. são financiados por empresários e comerciantes que vão pagar para garantir proteção, segurança e limpeza social dentro da sua área de interesse econômico; 4. têm controle territorial das áreas onde eles atuam e 5. elegem-se, são personalidades políticas, projetam-se nas urnas. Essa é a estrutura toda. Ela se montou ao longo de cinco décadas e meia, funcionando perfeitamente.

Bolsonaro nada mais é do que a potencialização que essa estrutura toda teve em 2018 para chegar na estrutura do Governo Federal. Então, nós estamos gerando um outro passo dentro dessas dimensões das que eu estou falando e aí eu não estou falando que o Bolsonaro é miliciano. Seria uma piada dado o reducionismo. Eu estou dizendo que ele faz parte, de forma mais elaborada, dessa estrutura, operando politicamente o discurso do "bandido é bandido morto", tornando normal a convivência com milicianos, enquanto vizinhos, compartilhando privacidade, intimidades e amizades com eles. E aí está o noticiário todo trazendo as figuras que estão se relacionando com ele, as figuras da milícia de Rio das Pedras. Por exemplo, Adriano Magalhães da Nóbrega, morto no ano passado, em fevereiro de 2020. Caso até hoje sem explicação, um assassinato que se atribui à reação ao cerco policial em um local absolutamente controlado, com características de queima de

arquivo. Enfim, tudo isso nos mostra toda uma convivência e a defesa de uma estrutura miliciano que está se expandindo, está crescendo no Brasil, no Rio de Janeiro principalmente. Os momentos mais decisivos são vividos hoje nessa estrutura, quando a gente vê o atual governo do Estado criando toda uma sequência de fatos políticos associados à milícia, que vão se potencializar muito mais na direção de 2022, nas eleições decisivas de 2022. Então, aí fica muito presente essa estrutura que estou apresentando aqui de política criminal, esse regime criminal.

Um primeiro evento rolou em outubro de 2020, a um mês das eleições municipais, em uma operação conjunta da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Civil, em dois municípios da Baixada. Lembrem-se que a Baixada é um grande laboratório, aquele em que se iniciam os projetos, aquele em que se fazem testes para depois replicar no Rio de Janeiro e no resto do país. A Baixada, desde sempre, desde a ditadura, desde cinco décadas e meia, é esse grande laboratório, é onde isso tudo é gestado, é gerenciado. Se há um lugar de gerenciamento dos ilegalíssimos, é a Baixada. Esse é o espaço. Então, é lá que eles matam em dois dias 17 pessoas, atribuindo a essas pessoas o fato de serem narcomilicianos. Eles criam o conceito para dizer que o tráfico de drogas agora é a milícia. Essa dimensão vai atingir duramente todos nós, porque as pessoas comprometidas diretamente com a estrutura miliciano são isentas, a estrutura policial que está envolvida nisso é ocultada. Essa estrutura vai ser limpada e liberada para atuação, porque se joga a culpa sobre o tráfico e o traficante pode ser morto, pois "bandido bom é bandido morto". A um mês das eleições a operação é um grande palanque, a milícia vira um palanque em plena campanha eleitoral de 2020, estimulando e potencializando todos os grupos ligados à extrema-direita que defendem o "bandido bom é bandido morto". Essa foi a grande jogada do governo.

O segundo evento ocorre em janeiro de 2021, quando o 29º Batalhão da Polícia Militar (PM) em Belford Roxo, a partir de um convênio do Cláudio Castro – governador do estado – e do prefeito de Belford Roxo, instala um destacamento da PM numa área estratégica, o Complexo do Roseiral, produzindo de janeiro até hoje, novembro de 2021, mais de 20 mortes. Mortes que ocorrem em cima da população, indicando a construção de um eixo geopolítico miliciano que conecta o Complexo do Roseiral com o eixo miliciano consolidado no Pilar e no São Bento, em Duque de Caxias. Então conectam-se dois grandes municípios, Duque de Caxias com seus 1 milhão de habitantes e Belford Roxo com seus 500 mil habitantes. São dois municípios pesados na estrutura eleitoral e política do

estado. Duque de Caxias com um peso econômico bem maior do que Belford Roxo, é claro. Esse foi o segundo grande passo nessa montagem de uma estrutura miliciano ampliada.

O terceiro evento foi a chacina do Jacarezinho, na qual 28 pessoas foram mortas, sendo 27 civis. Um recado muito nítido. Não um recado contra o Supremo Tribunal Federal (STF) ou a Associação Nacional dos Delegados de Polícia (ADPF) das favelas que, proibia as operações policiais nesses locais, em época de pandemia. Não é nada disso, trata-se de uma disputa geopolítica ali existente. Você tem três favelas ao redor do Jacarezinho que viviam há muito tempo conflitos entre milícia e Comando Vermelho, e o CV [Comando Vermelho] do Jacarezinho dava apoio. No complexo de Manguinhos você tem Mandela 2 e Bandeira 2. São duas comunidades com confrontos permanentes. Some-se a isso a favela do Arará, também com confronto permanente entre CV e milícia. A operação no Jacarezinho tem a ver com isso. Esse foi o terceiro grande evento, que seguiu um projeto geopolítico preciso. Para isso, foram executados movimentos anteriores na Baixada, que deram certo, logo, traz-se o laboratório para onde é mais interessante, o Rio de Janeiro.

O quarto grande evento foi a morte do Ecko, transformado na principal liderança miliciano do estado, à frente da Liga da Justiça, depois denominada A Firma e, recentemente, Bonde do Ecko, agora, ex-Bonde do Ecko, já que ele está morto. Essa morte é cronometrada para abrir as negociações dentro dessa maior milícia, que pega desde a Zona Oeste rica, a partir do Recreio, uma faixa grande dentro do Recreio, e que vem para a Zona Oeste mais pobre: Campo Grande, Santa Cruz, Realengo, Bangu, Padre Miguel, adentrando pela Baixada Fluminense a partir de Itaguaí e Seropédica, seguindo pelo eixo da Estrada de Madureira para o município de Nova Iguaçu. Então, a gente está falando de uma das maiores milícias que se tem notícia no Brasil. A morte dele abre as fronteiras de disputas internas dessa milícia, dispondo novas negociações.

Essa dimensão da negociação está trazendo para nós uma instabilidade. Desde então, tem-se confrontos e mortes permanentes em toda essa região. Eu estou comentando que tanto em Nova Iguaçu, como em Campo Grande e no Recreio está tendo confronto, instabilidade e mortes. E assim as negociações se estabelecem. Toda essa dimensão, desse regime criminal, dentro dessa governança criminal, esse regime próprio da milícia, conta com as negociações imediatas e junto aos poderes públicos. A milícia deixou de ser um negócio de matadores, de grupo de matadores ou de grupo restrito. A

milícia se transforma numa dimensão estatal, importante, de peso, porque se trata de controle territorial, controle econômico e controle político-eleitoral, que é decisivo para qualquer projeto político nesse país.

Desse modo, os eventos que eu estou listando para vocês até agora nos falam desse gerenciamento. Desses ilegalismos gerenciados para benefício dos grupos políticos que estão nesse estado e que têm conexões com o poder político federal, o governo federal. Então, o que eu estou trazendo aqui é toda uma dimensão dessa governança dos corpos, dessa governança nesses espaços populares, que subjuga populações e submete essas populações a uma estrutura criminal, muito poderosa em termos de armamento, muito poderosa em termos de proteção judicial, porque dizer que está se combatendo a milícia simplesmente não existe, é uma balela, é uma farsa. Na verdade, a milícia está dentro da estrutura estatal, sendo protegida pelos próprios mandatários do executivo, legislativo e judiciário. Nada mais há do que o suporte, a manutenção disso dentro do nosso estado. Essa dimensão vai avançar e se manifestar.

Para nós ela é uma realidade que atravessa tempo e espaço. Ficamos presos no: quem vai ganhar as eleições de 2022? Ver as pesquisas eleitorais. Viramos uma galhofa eleitoreira de *fake news* e "memes", não se tem mais noção de nada. Quem vai vencer? É Moro? É Bolsonaro? É Lula? Na verdade, o que eu estou dizendo é que essa estrutura miliciano não veio para simplesmente mudar a partir de 2022. Ela está consolidada. Foram cinco décadas e meia de avanços nessa estrutura. E, mesmo os grupos que se dizem de esquerda e que vão criar frentes amplas para combater o bolsonarismo, mesmo esses grupos têm seus interesses e acabam sendo comprometidos. São interesses políticos eleitorais, de alianças com figuras que têm comprometimento com essa estrutura. Então, o cenário, a meu ver, desse regime criminal miliciano, a partir de uma perspectiva de controle sobre populações, que tem o judiciário – o próprio Estado – na composição dessa governança criminal, e ele é interessado e responsável por ela. Vivemos uma fase de avanço, de progressão, sem sinal de que haverá recuo ou de que haverá confronto com essa estrutura. É muito mais consolidada, muito mais forte, muito mais apurada e detalhista do que a gente possa imaginar. Estruturas policiais junto com a estrutura miliciano e junto com a estrutura do tráfico. A estrutura miliciano se alia ao Terceiro Comando Puro (TCP), que é uma facção do tráfico de drogas que se alia e é composta pela estrutura policial. Então, nós temos aqui uma relação de milícia tanto com o tráfico como com a própria estrutura policial, oficial e formal do Estado.

Em contraposição à milícia, conheço as mães que tiveram seus filhos desaparecidos. Os desaparecimentos forçados cresceram muito. Você não tem mais os corpos dos assassinados no Rio de Janeiro. Os corpos não aparecem mais. O terrorismo chegou, agora, a um patamar mais avançado. Você ter o cadáver para enterrar é uma coisa. Esse controle de corpos, corpos matáveis e enterráveis, é uma coisa. Os corpos invisibilizados, sem direito à memória, sem direito a enterro, velório, tudo o que você pode imaginar como rituais religiosos, fúnebres, seja lá o que for. A ausência dessa dimensão amplia mais ainda o terror. Essas mães lutam para ter direito de acesso aos corpos de seus filhos, ao destino que eles tiveram. Eu acompanho essa questão, é uma pesquisa que eu desenvolvo na Baixada a partir da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em parceria com o Fórum Grita Baixada. Conhecemos as mães e familiares de vítimas, a resistência emocional, a força que possuem, as lutas que travam diariamente contra as humilhações, provocações, agressões, abandono, descaso, contra todas as doenças psíquicas e emocionais que elas vão sofrer. É algo brutal. Só quem acompanha sabe. Elas me alimentam porque me dão resistência. A coragem delas, a força delas, a visão que elas trazem em relação à segurança pública, seriam a base de qualquer outra transformação nessa sociedade em busca da justiça, em busca da liberdade e da igualdade entre nós. É disso que me alimento, elas são essa força de resistência com a que hoje eu convivo e que trago. A gente vai agora desenvolver uma atividade de arteterapia junto com elas lá no Km 32 para poder, de alguma forma, ajudá-las na construção de linguagens que lhes permitam lidar com o sofrimento que vivem. Enfim, eu só vim trazer aqui um pouco desse debate.

Posso fazer um comentário. Normalmente eu tenho dito que a gente ainda está muito preso a uma ideia que diz que a democracia falhou. Todo mundo debatendo a democracia, temos que defender a democracia, ela falhou. Toda essa questão, que é o Estado que vai resolver, é interessante porque é uma busca de salvação na mão daquele que é o próprio autor de tudo isso. Interessante como as autoridades pensam a questão da segurança e acabam mergulhando nessa ideia: tem que ter uma saída. É uma solução que virá como parte da ação estatal. Há também uma outra dimensão que foi pouco trabalhada aqui por mim, por nós também, que são relações colaterais, muito próximas da milícia e da questão da violência, que são as comunidades religiosas, notadamente as religiões evangélicas e como elas estão envolvidas em tudo isso. Não especificamente que elas sejam milicianas, mas sua ação é uma forma de sucesso e de interação neoliberal e econômica dos grupos

religiosos, a partir de uma espécie de empreendedorismo individual, a partir de uma dinâmica própria do universo evangélico, que possibilita a proteção dos mais pobres e resgata efetivamente projetos de vida destruídos pela dependência química, desemprego, doenças, enfim, todas as mazelas que a população hoje vive, entregue que está à bacia das almas neoliberal, quer dizer, à vida nua, como nos diz Agamben.

O mudo evangélico protege muitas pessoas e, ao mesmo tempo, convive no mesmo espaço miliciano. É incontornável para qualquer pessoa que analise o poder miliciano não se deparar com o mundo evangélico. São duas formas bem-sucedidas de implantação na sociedade: o mundo evangélico e o mundo miliciano. Pensar naquilo que não deu certo, o que é que tem que corrigir ou podemos fazer para corrigir? Não é isso. Primeiro tem que entender o porquê que deu certo. Isso funciona assim no Brasil. Como as práticas milicianas e evangélicas sustentam determinados cursos da história, candidaturas, projetos, que estão nessas periferias? Como isso hoje é uma realidade concreta, tem uma penetração, expressão, consegue ser popular, se expande e cresce. Hoje é muito difícil pensar em soluções. Antes de pensar em soluções precisamos pensar o que aconteceu e está acontecendo. Não somos capazes ainda de avaliar de forma mais adequada esses fenômenos, tanto da milícia quanto do mundo evangélico, da força, da articulação que esses dois fenômenos têm hoje no campo da política. São muito bem articulados.

Por exemplo, um prefeito da Baixada, um prefeito de uma cidade de peso, tem uma forte articulação por dentro do mundo evangélico e está colado na estrutura miliciano de forma tão perfeita, tão articulada, que ele é imbatível, consegue se reeleger e se projeta, por exemplo, para ser candidato a governo de estado ou ao senado etc. Eles têm uma capacidade de articulação muito forte, muito bem-feita. Nós temos que ser capazes de entender o que está acontecendo. Não adianta simplesmente contestar e dizer que eles são o antiestado, são antidemocráticos, totalitários, são violentos, fundamentalistas, moralistas. Isso não significa muita coisa. Temos que ter mais sensibilidade, talvez, mais capacidade. Não essa coisa banalizada, desestruturada, de argumentações frágeis, mas que funcionam para esses grupos. Nesse mundo da pós-verdade, no que não importa o que você fala, mas com quem você fala e com quem você interage, o que vale é: qual é a sua bolha? Ou seja, não tem mais uma verdade a ser sustentada. Teríamos que ser capazes de entender tudo isso, ser capaz de analisar, e aí Foucault talvez nos ajude a pensar como analisar daqui para frente tudo isso, como entender esse cenário nosso, que é

cada vez mais complexo, mais difícil e manipulável. Hoje somos manipuláveis por pesquisas de opinião pública para a gestão de votos em 2022. Isso é uma piada, mas o Brasil hoje vive isso.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Estela: O ilegalismo opera desde sempre. Se pegarmos a história da construção da polícia no Brasil, é a história dela, não tem nada de novo, com grupos, negociações... porque a importância de manter uma estrutura paralela, simultânea, como a milícia... Jacarezinho foi o que foi... foi do comando que saiu a voz, houve comoção de alguns grupos, mas houve aplausos de muitos outros e essa questão é a que me move. Tenho lido algumas coisas tuas, mas essa questão não fica muito clara para mim.

Resposta: Na verdade, Estela, quando você fala de segurança pública, imediatamente podemos associar segurança pública à sua insegurança. Se eu quero ser seguro eu tenho que identificar o que me ameaça, você tem que identificar um inimigo. Esse é o grande jogo. Toda a literatura e o campo de debate filosófico (inclusive os anarquistas têm esse debate) vai perceber isso. Você tem que construir um inimigo. Na verdade, há ampliação do fosso social nesse país, desde sempre e você pode perguntar: mas sempre houve ilegalismo? Sim, sempre houve ilegalismo. A questão é que os ilegalismos não conseguem atender a todos. Alguns grupos vão se beneficiar dessa estrutura de ilegalismos e alguns grupos vão ter que pagar literalmente o pato. Então, a construção da ideia de um inimigo é chave. O Bolsonaro está eleito em função disso, galera! E ele pode se reeleger em função disso. Ele sabe que o fosso social cresce e se amplia cada vez mais, ele não fez absolutamente nada. Pelo contrário, ele ampliou o fosso. Ampliou com uma crise maior ainda, alimentou isso. Ele sabe que o discurso do bandido bom é bandido morto é o grande discurso que cola em todos os lugares, em todos os papos, evangélicos, católicos, quem você quiser, macumbeiro ou qualquer grupo sindicalista, gente da esquerda, gente da direita; todo mundo tem consenso em relação a isso.

Eu faço debate, já fiz muitos debates. Você vai esperar o ataque que você vai sofrer, vem de todos os lados. Isso é uma coisa que é quase um mantra universal: "bandido bom é bandido morto", "tem que matar mesmo". Cada um tem um relato, é uma loucura. Enfim, isso cola no Brasil, sempre colou, porque é isso, a estrutura colonial vai identificar um inimigo. É o índio. É o negro. Quem é o inimigo? Quem é o cara que vai te ameaçar? Você identifica rapidamente e você vai ter alguém para eliminar. Então,

essa estrutura se reproduz conosco a vida inteira. A esquerda nunca soube discutir isso. Aí, hoje, tem os grupos, tem lá o pessoal que eu conheço que me chama para falar para eles, são os "policicólogos", os caras que vão estudar a polícia. Eu às vezes zoo da cara deles. Eu tenho amizade e contato com eles. Eu falo: você passou 30 anos da sua vida ensinando ao capitão do Bope [Batalhão de Operações Policiais Especiais] direitos humanos. O cara tem um "sociologuês" perfeito. É um *gentleman*. Se você pisa no pé dele, ele te pede desculpas. Só que esse capitão do Bope, *gentleman* e com "antropologuês" perfeito, ele está matando o dobro. E aí?

Como é que a gente fica nessa história? Eles não gostam muito quando eu falo isso. Mas eu tenho essa contraposição. A academia, em grande parte, mergulhou nisso, viu nisso uma alternativa, estuda também o mercado de trabalho, isso dá discussões, tem reflexões. Eu estou num polo muito radicalizado e é por isso que vocês me chamaram aqui; eu estou num patamar de uma radicalidade razoável, citando nomes de gente que eu nem deveria falar. Então, já virei uma figura perigosa. Mas assim, para dizer isso, Estela, concordo com você. Sempre houve essa estrutura, só que agora ela se diferenciou, ela alcança um outro patamar. Hoje não é mais projeto de um matador A, B e C da milícia. Eu acho que essa estrutura agora ganha uma projeção política mais ampla, mais forte. Agora são grandes projetos de governo, do Estado, do estado do Rio, planos do governo federal. Você tem agora articulações mais sofisticadas em torno desses ilegalismos e eles alimentam a base eleitoral. Então, "bandido bom é bandido morto" porque dá voto. "Eu sou o cara que defende isso e vou praticar isso: vou matar mesmo porque isso me dá voto". "Botei meu secretário de segurança que vai fazer isso. E você, matadorzinho, agora não tem mais chance"... Aquele matador que surgiu lá nos anos 1990 na Baixada, ele não consegue mais pela trajetória individual do trabalho dele avançar. Ele vai ter que negociar com essa galera toda! Hoje há uma estrutura muito mais institucionalizada por dentro da política e dentro da economia. O cenário, a meu ver, sempre foi... você olha a coroa, Dom João, os caras que montaram a estrutura daqui do estado, ali também tinha jogadas, mas eu acho que hoje os caras estão sofisticando muito. Nós, como sociedade, ficamos mais complexos do que naquela época. Mas eu concordo com você.